

# Pressão por critérios

Associação Nacional de Pós-Graduandos vai a Brasília pedir o estabelecimento de regras para valores e concessão de bolsas

Luciano Velleda



muito aquém das necessidades", afirma o presidente da ANPG.

Se o PL do ex-deputado Bittar for aprovado, os valores das bolsas de formação e pesquisa terão como referência a remuneração dos docentes do sistema federal de ensino. No caso das bolsas de mestrado, por exemplo, a mensalidade será equivalente a, no mínimo, 80% da remuneração total de um professor auxiliar, com titulação de especialização, nível I da carreira e em regime de dedicação exclusiva, incluídas as gratificações pelo exercício de suas atividades.

Para a bolsa de doutorado, a mensalidade será, também, de no mínimo 80% do salário total, só que de um professor assistente, com titulação de mestrado, igualmente em nível I de carreira, dedicação exclusiva, incluídas as gratificações. Já para a bolsa de pós-doutorado o valor deve ser de, no mínimo, 80% da remuneração total do professor titular, com doutorado e, assim como nos casos anteriores, em nível I de carreira, regime de dedicação exclusiva, incluídas as gratificações a que faz jus pelo exercício de suas atividades. "A aprovação do projeto será um grande avanço, pois irá criar uma política de Estado e não de governo", considera Valadares. Formado em engenharia elétrica, com mestrado na Unicamp, Hugo Valadares acredita que as atuais mensalidades de pós-graduação desencorajam os estudantes a se tornarem pesquisadores. Por outro lado, a falta de mestres e doutores é prejudicial para o desenvolvimento do Brasil. "Após é muito importante. Se ninguém quiser fazer pesquisa ficaremos estagnados, o país não irá crescer."

A falta de critérios que definam os valores das bolsas não é a única queixa

A ausência de legislação que estabeleça critérios para os valores de bolsas de pós-graduação no país levará a Brasília uma caravana de estudantes para pedir a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.315/2003, de autoria do deputado licenciado Jorge Bittar (PT/TU). A inexistência de regras claras para a remuneração de bolsistas em mestrado e doutorado é uma das principais reclamações da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entidade responsável pela mobilização que pretende chegar à capital federal ainda neste primeiro semestre.

Hugo Valadares, presidente da ANPG, diz que no início da década de 90 uma bolsa de mestrado equivalia a

dez salários mínimos e, atualmente, com o valor de R\$ 1.200, não chega a três salários mínimos. Não muito melhor é a situação dos doutorandos, que recebem R\$ 1.800. "Hoje em dia o valor depende apenas da vontade do governo", reclama, apesar de reconhecer as iniciativas do atual governo, que ao longo dos últimos seis anos aumentou o valor das bolsas em quase 50%.

Em 2008, por exemplo, houve aumento de 27% para bolsas de mestrado e de 29% para doutorado. No entanto, diante de uma defasagem histórica, a remuneração ainda é muito baixa. "Não há critério para estabelecer valor e nem para reajuste. No governo Fernando Henrique não subiu nem um centavo. Agora, mesmo com os aumentos, a situação ainda está

da ANPG. Segundo o presidente da entidade, a política de distribuição de bolsas também é falha, muitas vezes com critérios subjetivos. "Alguns programas não têm critérios claros. É comum ver um aluno com desempenho bom não ganhar e outro com desempenho inferior ganhar a bolsa. O critério deve ser por mérito e não por amizade", afirma.

**F**ormulado em 2004, com o objetivo de criar caminhos para expandir o sistema de pós-graduação brasileiro, o Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG) estabelece metas a serem alcançadas para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica no Brasil, entre os anos de 2005 e 2010. Uma das prioridades é a formação de 16 mil doutores por ano a partir de 2010. O PNPG revela que o total de doutores titulados em 1996 foi de 2.985, tendo aumentado para 8.094 em 2003.

Já o número de mestres titulados em 1996 foi de 10.500, e, em 2003, de 27 mil. Segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgados no início de 2007, foram formados dez mil doutores e 40 mil mestres em 2006. Com o Programa Nacional de Pós-Graduação, a projeção para 2010 é a formação de 62.300 mestres e doutores.

Assim como o valor das bolsas de pós-graduação, Hugo Valadares também considera de extrema importância o cumprimento das metas estabelecidas no programa e diz que um dos objetivos da caravana que irá a Brasília é igualmente pressionar por sua implementação. "Brigaremos para que as metas sejam alcançadas, será uma grande vitória para o mundo acadêmico", diz. Valadares lembra ainda que o PNPG será revisado este ano.

Embora o aumento na titulação de mestres e doutores seja um dos objetivos principais do PNPG, o programa tem também a disposição de criar cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais e a indução de novos cursos em setores estratégicos, como metrologia, defesa,

## A volta do doutorado pleno

Após cerca de seis meses de interrupção, a Capes voltou a oferecer bolsas de estudos para doutorado pleno no exterior. Com exceção de Estados Unidos e Alemanha, que possuem editais específicos e que nunca estiveram suspensos, o edital lançado no final de 2008 refere-se a "outros países", especificando apenas que "a bolsa destina-se a candidatos de comprovado desempenho acadêmico, cujos projetos não possam ser realizados total ou parcialmente no Brasil e que se dirijam a instituições estrangeiras de excelência".

Maria Luiza de Santana Lombas, coordenadora-geral de bolsas no exterior da Capes, explica que a suspensão ocorrida em 2008 teve como objetivo permitir a realização de um estudo, com apoio de membros da comunidade científica, para melhorar a seleção dos candidatos. "A intenção foi justamente estudar a real necessidade de um doutorado pleno no exterior", diz.

O estudo gerou como resultado duas mudanças substanciais. A primeira é a criação da figura de um tutor brasileiro que possa se

responsabilizar pelo aluno, apresentar sua candidatura e discorrer sobre a relevância da proposta e sua importância para o país. "O tutor será um parceiro da Capes para acompanhar o aluno ao longo do doutorado", relata Maria Luiza. Uma vez selecionado, o tutor deve ainda apresentar anualmente um parecer sobre o desempenho do aluno. "Ele deve servir como um conselheiro, um orientador, dar apoio, mas sem interferir no trabalho do orientador", considera a coordenadora.

A segunda importante alteração derivada do estudo foi o estabelecimento de linhas de pesquisa prioritárias. Ao todo, 35 áreas do conhecimento terão preferência. Contudo, Maria Luiza conta que mesmo com a definição de áreas prioritárias ainda é possível a concessão de uma bolsa para um projeto que não esteja na relação, embora, é claro, seja mais difícil. "Toda seleção se baseia na qualidade da proposta e na formação do candidato. Nada impede que outros sejam selecionados."

A lista completa das linhas de pesquisa prioritárias pode ser conferida no site da Capes.

propriedade intelectual, petróleo e gás. A redução das desigualdades regionais é outro ponto a ser alcançado com a ampliação de cursos e a formação de doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

O PNPG foi elaborado por uma comissão específica que contou com a colaboração de representantes de diversos segmentos que atuam na pós-graduação, como coordenadores de programas e cursos de pós-graduação,

sociedades científicas, setor empresarial e a própria Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Ainda que mantenha uma firme posição de cobrança e luta pela melhoria da qualidade da pós-graduação brasileira e da remuneração dos bolsistas, Valadares afirma que mantém um bom diálogo com os representantes do atual governo. "Temos uma relação muito boa com a diretoria da Capes, temos obtido grandes avanços", salienta. ●